

## Serviço militar e emigração. Reflexões, possibilidades e problemáticas a partir do caso espanhol\*

Érica Sarmiento\*\*  
Oscar Álvarez Gila\*\*\*

### O alistamento militar como causa da emigração

O surgimento do serviço militar obrigatório, extensivo a toda a cidadania masculina, como meio de recrutamento principal para a manutenção estável dos exércitos, tanto nos tempos de guerra como de paz, constituiu-se em um processo que atingiu todos os Estados no mundo ocidental. Como sinaliza Kestnbaum:<sup>1</sup>

*By the late-1870s, after more than a decade of expanding conflicts in both North America and Europe, the institution of conscription emerged as one of the chief solutions to manpower shortages available to warring states. Only a century before, however, the compulsory service of citizens in the line army was not only militarily suspect but also politically threatening. In less than a hundred years, conscription had undergone a dramatic transformation, becoming both an accepted military expedient and a way to rise national and massed armed forces".*

Muitos foram os fatores, vinculados à ideia de modernização que incidiram na progressiva e rápida adoção do novo sistema. Além das motivações de origem puramente técnicas e econômicas, que demandavam a

---

\* O artigo é fruto das pesquisas desenvolvidas no projeto intitulado *Origen regional, diferenciación económica y proceso evolutivo en la emigración española a Brasil: la cuestión de la escala en el estudio de las regiones del norte de España (arco cantábrico) al sudeste de Brasil* (PHBP14/00079 CAPES). Circunscreve-se, também, no âmbito do grupo de pesquisa consolidado do sistema basco *País Vasco, Europa y América: Vínculos y Relaciones Atlánticas* (IT938-16, do qual fazem parte ambos os autores.

\*\* Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Salgado de Olivera (UNIVERSO).

\*\*\* Professor da Universidade dos Países Bascos.

Pontes entre Europa e América Latina. Histórias de migrações e de mobilidades/ *Puentes entre Europa y América Latina (XIX-XXI)*. Historias de migraciones y de movilidades

formação de um exército capacitado às necessidades das novas descobertas tecnológicas e das táticas militares financeiramente viáveis, o serviço militar também se tornou uma forma de enquadramento social e de nacionalização ideológica dos cidadãos. Tal como esclarece Anderson,<sup>2</sup> o alistamento militar como ‘nacionalismo oficial’ se converteria em uma das instituições mais importantes para a socialização nacionalizadora dos jovens recrutados. Esse processo, no entanto, não se daria de forma linear, e passaria a ser questionado pelas mais diferentes posições ideológicas.

Além da oposição que os chamados ‘nacionalismos vistos de baixo’ faziam às construções identitárias nacionais, implementadas a partir dos aparatos estatais, tanto nos impérios multiétnicos (por exemplo, o Austro-Húngaro) como, sobretudo, nos estados onde uma identidade numericamente majoritária coexistia com minorias nacionais centrífugas (irlandeses no Reino Unido, noruegueses na Suécia, bretões na França, bascos e catalães na Espanha), também surgiram resistências vinculadas às ideologias de classe (especialmente aquelas baseadas no marxismo), que viam no nacionalismo uma forma de neutralizar a luta operária, submetendo-a aos interesses das classes dominantes.<sup>3</sup>

Vale ressaltar que, além das motivações ideológicas, havia uma rejeição social ao recrutamento, já que este privava milhares de jovens de usufruir os melhores anos de juventude. Outro fator negativo estava na possibilidade dos recrutados serem enviados para as colônias, participarem nos conflitos bélicos declarados em seus países, e sofrerem as péssimas condições de vida enfrentadas nos quartéis.<sup>4</sup>

Em diversos períodos e contextos históricos ocorreram crises de resistência ativa, muitas vezes organizadas e, inclusive, violentas, contra a

obrigação do recrutamento forçado, demonstrando, assim, certa linha de continuidade com as motivações e modelos dos motins que ocorreram no Antigo Regime.<sup>5</sup> Esses motins evidenciavam a existência de uma crítica estrutural muito acentuada naquelas camadas sociais afetadas pelas condições impostas pelo recrutamento.<sup>6</sup>

No caso español, a prática da ‘*redención a metálico*’ - ou, de um modo similar, a ‘*sustitución*’<sup>7</sup> foi destacada como elemento-chave para se compreender a resistência ao serviço militar, que perduraria até os anos posteriores à Guerra Civil Espanhola de 1936-39. Como ressalta Molina:

*(...) el servicio militar fue durante el XIX y las primeras décadas del XX un hecho contemplado como una fuerte carga impositiva sobre las clases menos favorecidas de la sociedad [dado que] durante la mayor parte del periodo (...) los más favorecidos socialmente contaban con la posibilidad de redimirse mediante el pago de una determinada cantidad.*<sup>8</sup>

Os recursos utilizados pelos jovens para não ingressarem no serviço militar desencadearam graves consequências como a extensão de práticas legais e ilegais. Esses recursos iam desde as automutilações reais ou fingidas, fraudes, subornos, corrupção até, em último caso, a deserção, que se tornou a prática mais perseguida pelas autoridades civis e militares.<sup>9</sup>

O prolongamento do serviço militar coincidiu em muitos países europeus com outro fenômeno, também ligado às transformações derivadas da modernização econômica: os processos migratórios massivos, tanto aqueles de ordem interna, que reajustavam a distribuição das populações urbana e rural, como, principalmente, o novo fenômeno da emigração de massas ultramarina, dirigida ao continente americano. Se por um lado, ainda persiste no meio acadêmico as dificuldades em se quantificar o contingente migratório e militar e se chegar a uma conclusão da relação entre ambos os fenômenos nos debates científicos, por outro lado, continuam sendo válidas as aproximações de

Mörner,<sup>10</sup> que contabilizava a presença europeia em torno de 50 a 60 milhões de pessoas, classificada nas migrações temporais ou definitivas, que se estabeleceram nas Américas entre os anos de 1850 e 1950. Ambos os fenômenos se interrelacionavam em um espaço mútuo de interferência: a obrigação do serviço militar afetava a população jovem masculina (na sua fase de alistamento, entre os 17 e os 22 anos, conforme a regra de cada país), que, por sua vez, representava o grupo mais propenso à emigração.<sup>11</sup>

Carecemos, ainda, de estudos específicos acerca de uma opinião generalizada e articulada no estamento militar em relação à emigração (como, por exemplo, se existem outros espaços de importância social como a imprensa, os partidos políticos ou as igrejas). Concordamos com a hipótese de Blanco<sup>12</sup> quando este estudioso afirma que uma das motivações dos estados europeus para levar adiante um desenvolvimento legislativo que controlasse a emigração foi, entre outras questões, a opinião generalizada contrária à emigração, uma vez que existiu um consenso, nas diversas leis aprovadas nos diferentes países, que objetivavam “castigar [aque]la emigración que persigue eludir un servicio básico para el Estado nacional en sus proyectos imperiales, el servicio militar”.<sup>13</sup> Como norma geral, entendia-se que a defesa da pátria, tanto no período de guerra como na preparação dos soldados em tempos de paz, era uma obrigação a ser cumprida e, conseqüentemente, era necessário restringir o princípio da liberdade de emigração. Segundo Llordén Miñambres:

*(..) restricciones con relación al tenían Alemania, que prohibía la emigración de los varones comprendidos entre 17 y 40 años no licenciados o que no hubiesen dejado reemplazante (Ley de 1897); Hungría, que no concedía autorización a sus nacionales desde que cumplan 17 años y hasta el fin de sus obligaciones militares, si no pagaban una fianza de 100 a 1.000 coronas como compromiso de cumplir en su momento (Ley de 1909); Italia, que no autorizaba la salida de los inscritos en el cuadro militar o que cumpliesen los 18 años en el transcurso del año; Noruega, donde los aptos para el servicio militar que hubiesen cumplido 20 años precisaban de una autorización militar especial para emigrar (Ley de 1910); Suecia,*

*donde entre las restricciones para emigrar estaba incluida la obligación del servicio militar; Suiza, donde se prohibía que los agentes de emigración facilitasen la salida a los suizos sujetos al servicio militar, cuando no probasen haber restituido al estado sus efectos militares; Portugal, que imponía la obligación de pasaporte a los menores de 48 años que no hubiesen cumplido el servicio militar; Grecia, donde los comprendidos en el reclutamiento precisaban depositar una fianza de 500 a 10.000 dragmas para que se les autorizase a emigrar (Ley de 1920); Yugoslavia, donde sólo se entregaba pasaporte de emigración a los que justificasen el cumplimiento del servicio militar (Ley de 1921); o Checoslovaquia, donde los comprendidos entre 17 y 40 años necesitaban una autorización militar para salir del país. Igualmente España, cuyas normas decimonónicas más antiguas sobre la emigración están directamente relacionadas con el cumplimiento de las obligaciones militares, y donde la Ley de Emigración de 1907 impedía las salidas de los varones sujetos al servicio militar en su período activo, y también posibilitaba esta prohibición a los mayores de 15 años que no lo hubieran cumplido y a los pertenecientes a las primera y segunda reservas.<sup>14</sup>*

Existem, certamente, vários fatores que, em um primeiro momento, levaram a pensar na vinculação direta emigração-fuga ao serviço militar, como, por exemplo, o não comparecimento e, portanto, o não cumprimento de uma parte da população alistada para com as obrigações militares. Os observadores contemporâneos já ressaltaram<sup>15</sup> - e a historiografia posterior confirmou - o fato de que aquelas regiões e municípios com tendência a emigrar para o estrangeiro foram as que apresentaram a maior porcentagem de prófugos. Castillo Martos,<sup>16</sup> por exemplo, argumenta que as Astúrias, uma das regiões com maior índice emigratório de Espanha, apresentava-se como "una de las regiones con mayor número de jóvenes prófugos", entre os anos de 1915 e 1920, sendo 38,4% dos varões considerados desertores.<sup>17</sup> Esse índice representa mais do dobro da média nacional, que compreendia, naquele período, o total de 17%.<sup>18</sup> Os resultados são similares se comparados à outras regiões de emigração espanhola, como foram os casos da Galiza,<sup>19</sup> Andaluzia,<sup>20</sup> Canárias<sup>21</sup> ou o País Basco,<sup>22</sup> entre outras localidades que se destacaram por sua participação na emigração atlântica.

## Emigrantes prófugos ou prófugos emigrantes?

Como afirma Mehats:

*Les données d'un problème aux aires insolubles furent posées. L'émigration était-elle responsable de l'insoumission, où est-ce la crainte du service militaire qui provoquait l'émigration. Intellectuels, fonctionnaires et politiques se lancèrent dans le débat, chacun rajoutant sa démonstration.*<sup>23</sup>

A conclusão dos pensadores, informantes e responsáveis políticos foi a de que a emigração à América foi a causante do elevado número de prófugos. O periódico bilbaíno *La Unión Vasco-Navarra*, em 1890,<sup>24</sup> afirmava veementemente que o recrutamento,<sup>25</sup> as contribuições, as posições políticas, a opressão dos *caciques*<sup>26</sup> e todo o tipo de injustiças sofridas pela população, à época, foram responsáveis pela emigração em massa. A afirmação não pode ser considerada exclusiva desse periódico, ela poderia ser escrita por qualquer corpo editorial da imprensa local ou nacional daquele contexto histórico. Como esclarece Anes Álvarez:

*Las referencias de los contemporáneos a esta causa son múltiples, aunque no procedan de los propios emigrantes, nos referimos a testimonios escritos. Sirvanos de ejemplo lo que escribía Eva Canel [en 1889]: "muchos aldeanos envían a sus hijos a América porque no tienen dinero para librarlos de la mili". O lo que vio Alfonso Camín [en 1958]: los barcos 'llegaban casi a diario al puerto de la Habana con los emigrantes en racimos, todos de catorce a quince años, huyendo de la guerra de Marruecos, que era impopular en la Península, sangraba al país y llenaba de luto los hogares, especialmente los hogares campesinos, de donde salían los mayores contingentes para la guerra y para los barcos negreros de la emigración a la aventura'.*<sup>27</sup>

Dessa forma, consolidou-se um estado de opinião, o que Mehats denominou, acertadamente, de "a hipótese do recrutamento",<sup>28</sup> que obteve um consenso generalizado, permeando inclusive as explicações científicas do fenômeno, que começaria a se desenvolver a partir do final do século XIX, até se converter em um axioma, repetido e aceito por boa parte da historiografia

espanhola sobre as migrações.

De fato, no caso espanhol, a sua particular história militar ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX, quando o país passou por diversas guerras (civis e coloniais), com a elevada demanda de recrutas, oferecia, sem dúvida, um panorama pessimista para os jovens convocados para servir ao exército. Esse cenário converteu a emigração em uma alternativa possível e real, frente à terrível perspectiva de cumprir um serviço militar longo, perigoso e, principalmente, carente de qualquer rentabilidade pessoal ou econômica. Dessa forma, podemos afirmar que são muitos os autores que adotaram a noção generalizada de que o serviço militar obrigatório foi uma das causas principais da emigração espanhola à América. Como resume taxativamente Jiménez Guerrero:

*(...) la obligatoriedad del servicio militar, bajo unas condiciones legislativas específicas, mov[ió] a un determinado número de personas, con unas características sociales definidas, a optar por la emigración clandestina para evitar su ingreso en el ejército".<sup>29</sup>*

Os exemplos a respeito deste enfoque interpretativo se multiplicaram nos últimos anos. Torna-se mais fácil, para qualquer pesquisador interessado na temática, deparar-se com os escassos exemplos, na historiografia, de trabalhos dedicados a questionar a existência da relação causal emigração-fuga ao serviço militar. Colocando nossa atenção no caso da emigração basca, podemos observar uma notória concordância interpretativa em autores de diferentes tradições historiográficas, como - para citar alguns poucos exemplos - os destacados Marenales Rossi,<sup>30</sup> Azcona Pastor<sup>31</sup> e Irianni,<sup>32</sup> ou, fora do âmbito dos estudos especializados na história migratória, o caso de Mignaburu,<sup>33</sup> que vincula diretamente a lei abolitória dos *fueros*<sup>34</sup> bascos de 1876 com o fato de que "a quantidade de imigrantes [bascos] de Hegoalde<sup>35</sup> [a Argentina] aumentou

em decorrência da fuga do serviço militar"; ou ainda o autor Irusta Orbeagozo<sup>36</sup> que assinala que "o sucesso da emigração se produziu ao terminar a Segunda Guerra Carlista.<sup>37</sup> A lei de 21 de julho de 1876, na qual se aboliam os *fueros* e se tornava obrigatório o serviço militar no período de sete anos, provocou a fuga de milhares de jovens bascos, desejosos de escapar do recrutamento. Os exemplos mencionados acima demonstram até que ponto a história não especializada coincidiu com a historiografia dos estudos migratórios, prevalecendo a mesma interpretação para os dois casos.<sup>38</sup> E não somente na historiografia: a ideia penetrou na memória coletiva dos bascos –na Europa e na América- em relação ao seu passado migratório. Prova disso é o livro divulgativo intitulado *Vascos en Buenos Aires*, publicado no ano de 2014 pelo governo da capital argentina, no programa denominado "Buenos Aires Celebra", que promove o conhecimento e a difusão da contribuição dos diversos grupos de imigrantes, os mais antigos e os mais recentes, na conformação da sociedade *porteña*. No capítulo referente à "Migración vasca en Buenos Aires", se afirma, sem nenhum esclarecimento, que o serviço militar foi um dos fatores causais da emigração à Argentina".

Na historiografia também ressoam vozes críticas quanto à vinculação causal unívoca entre prófugos e emigração. No ano de 1995, Yanes apontava, para o caso canário, (uma afirmação que serve também para outras regiões) as várias teses que buscavam na fuga do serviço militar uma relação causal direta com o fenômeno migratório:

*(...) se trata de estimaciones vertidas en el pasado con tanta redundancia y con tanta redundante atribución a su origen que, con su eco en la memoria colectiva isleña y su falta de verificación a posteriori, han impelido a varios historiadores canarios a magnificar la emigración clandestina homologando el concepto 'prófugo' al de 'emigrante ilegal'.<sup>39</sup>*

É importante destacar que outros fatores explicativos assumem papel importante na emigração, como a decisão pessoal ou familiar, estudada a partir da perspectiva micro-histórica, que compreende o emigrante como sujeito racional ativo - e não como objeto passivo - de sua própria trajetória pessoal.<sup>40</sup> Há numerosos depoimentos que reforçam a importância que o desejo de escapar do serviço militar teve na decisão dos futuros emigrantes. A dureza que representava, para a maioria, o alistamento no exército, no que diz respeito ao tempo de serviço, o esforço e a possibilidade de perigos reais para a integridade física, eram sem dúvida, motivações suficientes que pesavam na decisão de emigrar. A fuga ao serviço militar certamente encontrava-se entre as decisões pessoais dos jovens varões, e determinaria, até certo ponto, as respostas a certas perguntas vinculadas à emigração, principalmente quando emigrar e, em menor medida, para onde emigrar. Essas motivações, entretanto, não apresentam um único lado da questão. Por exemplo, muitos varões decidiram escapar do serviço militar por questões ideológicas. Mengual<sup>41</sup> cita o caso do militante catalanista Hipòlit Nadal i Mallol que, no início da década de 1910, decidiu não prestar o serviço militar sob o governo de um regime monárquico, e com documentos falsos embarcou com destino à Argentina. Claro está que este não foi um fator predominante para fugir ao serviço militar e emigrar. As causas mais comuns foram as de índole pessoal e econômica: os anos destinados ao serviço do exército significavam anos perdidos para o progresso e limitavam o tempo e as oportunidades de trabalho.<sup>42</sup>

Encontramos nos estudos, muitas vezes, uma falta de correlação entre ambos os fenômenos, que permita estabelecer uma vinculação mais geral para tratar da fuga ao serviço militar como causa efetiva da emigração. A primeira delas corresponde a de índole puramente geográfica: o serviço militar surgiu em

toda Espanha na mesma época (com exceção de Navarra, que se incorpora em 1841, e das Províncias Bascongadas, em 1877), e, no entanto, como sabemos, as diferenças entre as regiões no tocante à sua participação na experiência migratória atlântica foram latentes. Sendo assim, não seria coerente justificar a emigração para determinadas regiões como um fenômeno que se repete em todas as regiões próximas. A segunda evidência dessa falta de correlação entre o serviço militar e a emigração é de natureza temporal: como afirmamos, devido à persistência do sistema foral de autogoverno, os naturais das províncias de Álava, Guipúscoa e Viscaia estiveram isentos da obrigação do serviço militar até o final da segunda guerra carlista. Apesar disso, não podemos afirmar que os bascos começaram a emigrar a partir da implantação do serviço militar:

*En las provincias vascas el servicio militar no antecede a la emigración, sino que cuando se implanta ya estaba viviendo el éxodo migratorio un primer periodo de apogeo. No obstante, lo que sí se aprecia en algunos casos es que la perspectiva del servicio militar puede llegar a condicionar en gran medida la decisión, no tanto sobre la emigración en sí, como sobre el momento de la partida, para hacer que la marcha se produjera justo antes de que legalmente el emigrante entrara dentro del grupo de edad sujeto ya a las restricciones administrativas y monetarias derivadas de sus futuras obligaciones militares.<sup>43</sup>*

Convém recordar a tese sustentada por Yanes Mesa,<sup>44</sup> quando o autor chama a atenção para “a dissociação dos conceitos prófugo/emigrante ilegal”. Yanes entende que somente poderia haver uma associação caso se constatasse a existência de uma relação causa/efeito entre os fenômenos, mas o autor evidencia que a metade dos declarados como prófugos haviam emigrado de forma legal, aproveitando a falta da necessidade de uma fuga real em face às facilidades que outorgava o âmbito jurídico para a expatriação legal dos jovens. Como bem resume Yanes Mesa: “*los mozos con ser simplemente previsores y al emigrar con dos o tres años de antelación al llamamiento a filas, quedaban a cubierto del oneroso servicio militar*”.<sup>45</sup> A precoce idade da população masculina no momento de

emigrar transformou-se em um recurso amplamente utilizado para eludir problemas legais para a obtenção do passaporte. Na segunda metade do século XIX, como relata Anes Álvarez,<sup>46</sup> foram muitas as vozes que alertaram para a estratégia utilizada pelos jovens, que emigravam na mais tenra idade, para fugir das restrições militares à concessão do passaporte. Este comportamento mostraria, no fundo, uma decisão proativa – e não reativa – frente à obrigação militar: o emigrante não decidia emigrar quando (e por motivo de) era chamado para o serviço militar, mas as dificuldades em romper o recrutamento acabariam por se constituir em um fator motivador de peso na decisão de emigrar.

### **Emigração e fontes militares: o caso galego**

A emigração é um fenômeno social que reúne vários fatores causais. Certamente, a fuga de jovens varões do serviço militar não compreende o único elemento explicativo da emigração europeia. Os alistamentos militares, entretanto, como fonte para os estudos migratórios representam um importante acervo documental, que contribui para entender e esclarecer, em parte, a saída de milhares de jovens, de seus lugares de origem, ao longo dos séculos XIX e XX. O chamado livro de *quintas*, ou registro militar, constitui-se em um conjunto de fontes que oferece uma documentação seriada, prolongada no tempo, e de natureza quantitativa para a análise de grupos homólogos relacionados aos micro-espacos geográficos. No caso espanhol, os elementos básicos do recrutamento militar na fase inicial da Grande Imigração, nos municípios, correspondiam à localização, à identificação, ao alistamento e à primeira revisão dos jovens varões, tanto no que dizia respeito aos nascidos quanto aos residentes em cada município.

Dada a relevância dos dados referentes à identificação dos jovens sujeitos à obrigação militar, criou-se um procedimento transparente e minucioso: após consultar as listas de nascidos e batizados do registro civil, os livros de censos e os arquivos paroquiais, os dados eram comparados às listas de falecimentos e, posteriormente, eram apresentados, de forma pública, para que a população fizesse os correspondentes acréscimos e retificações, assim como as averiguações acerca do paradeiro daqueles rapazes que não se encontravam residindo no município de nascimento e de alistamento. Essas averiguações davam-se a partir de duas vias: a primeira, através da correspondência cruzada entre os diversos municípios (mediante a comunicação emitida pela prefeitura de residência e a de nascimento, no caso dos que haviam mudado o domicílio dentro do território nacional), ou através da documentação oferecida pelos familiares, para o caso daqueles que residissem no estrangeiro. No segundo caso, a obrigação era contraída pelos próprios familiares, quando autorizavam a saída dos varões menores de idade. A autorização constava nos documentos de permissão legal.

Assim fica claro que o expediente militar é uma interessantíssima fonte nominativa que informa sobre os dados de nascimento, filiação, alfabetização, residência, profissão, altura, peso e estado de saúde. Dessa forma, a fonte permite a construção de uma tipologia dos jovens varões que se deslocaram para outros países. Os expedientes de recrutamento ou livro de “quintas” foram utilizados em diversos trabalhos de base estatística e quantitativa de diferentes origens, que aproveitaram o seu potencial de informações, como as características físicas dos alistados, alfabetização, nível educativo, ou até mesmo a profissão. O potencial dessa fonte, assim, vai muito além dos estudos referentes à história militar.

No caso da imigração galega, os alistamentos militares possibilitaram não só contabilizar e criar uma tipologia dos varões dessas localidades, como também avaliar os fluxos imigratórios anteriores para o Brasil, a fim de reconstituir as chamadas cadeias migratórias.<sup>47</sup> Dessa forma, averiguamos - como já haviam observado outros estudiosos das migrações peninsulares - se a emigração galega para o Rio de Janeiro e para o Brasil, de uma forma geral, foi influenciada por uma anterior emigração a Portugal. Isso também nos levou a analisar um conjunto bibliográfico<sup>48</sup> relacionado com a emigração portuguesa para o Brasil, e averiguar a influência que exerceram os portugueses na escolha do destino dos galegos que se deslocaram para o Rio de Janeiro.

A fuga ao serviço militar já tinha importante repercussão na emigração galega intrapeninsular, quando os moços emigravam para Portugal (cidades do Porto, Lisboa), e para regiões espanholas como Andaluzia, Castela e Cádiz no século XIX. Durante grande parte do período correspondente aos anos de 1830 a 1930, os prófugos galegos continuaram emigrando intensivamente para outras zonas da península. Com a consolidação da emigração para a América, o destino dos prófugos se ampliou, de forma massiva, para os países americanos. Nas costas cantábricas e atlântica da Galiza, as correntes de prófugos que se encaminhavam até as populosas cidades castelhanas ou andaluzas começaram a ser substituídas respectivamente por Cuba e Rio da Prata, a partir da década de 1840. Nas áreas do interior da província de Pontevedra e de seus limites com o sul da província de Lugo, ocidente de A Coruña e das zonas fronteiriças com Portugal, os rapazes orientavam-se majoritariamente em direção às principais cidades portuguesas, e através delas, chegavam até o Brasil. O interior de Lugo e Ourense, com pautas migratórias mais tradicionais, priorizavam os destinos em direção às terras de Castela, da Andaluzia e de Portugal. Para muitas famílias camponesas ou burguesas,

o serviço militar era prejudicial às suas economias, pois perdiam ‘braços’ para exploração agrícola e sofriam a redução de suas rendas complementares, provenientes das emigrações estacionais, além de privar os jovens de tempo para se instruírem ou adquirirem uma formação profissional (no caso das famílias com mais possibilidades econômicas).

A escassez de recursos econômicos da maioria das famílias galegas reduzia a possibilidade dos jovens, que eram chamados para o alistamento, obterem a isenção do serviço militar através do pagamento de um substituto, que custava entre 500 e 1.250 pesetas. O pagamento dessa taxa era o procedimento legal mais barato para os varões livrarem-se do serviço militar. Segundo os dados da *Estadística del Reclutamiento y Reemplazo*, publicados no período de 1912 a 1920, as províncias com maior índice de prófugos, eram Canárias, Oviedo, A Coruña, Pontevedra, Almería, Ourense, Lugo, Málaga, Santander e Madri. Entre os anos de 1895 e 1933, a Galícia foi a responsável por 29,85% dos prófugos, em comparação com 13,71% do número de espanhóis. Em 1914 o número de prófugos galegos chegou a 50,67%, frente aos 22,09% dos espanhóis. As guerras que atingiram todo o século XIX (Guerras Carlistas; a Guerra da África, em 1859; as Guerras Cubanas, de 1869 a 1879 e 1895 a 1898; a Guerra das Filipinas de 1896 a 1898; a Guerra de Marrocos, de 1909 a 1925, entre outras) e as necessidades econômicas e sociais, juntamente com as atrações exercidas pelos países americanos, transformaram a Galícia em uma região com elevado índice de prófugos e, conseqüentemente, de emigrantes.<sup>49</sup> Uma parte importante da emigração clandestina espanhola saía do porto francês de Bordéus, entre os anos de 1865 e 1920. No caso do Brasil, foram registradas 6.695 saídas de espanhóis desse porto francês.<sup>50</sup> Em relação aos galegos, as cifras dos expedientes de *quintas* de alguns municípios da província de Pontevedra, analisados por Alejandro Vázquez, como Gondomar, Pontevedra e Salvaterra do Minho,

contabilizavam, para o Brasil, a soma de 63, 35 e 27 prófugos, respectivamente, nas três primeiras décadas do século XX.<sup>51</sup>

A emigração clandestina dos jovens que fugiam do serviço militar foi comprovada no levantamento de documentação que realizamos no estudo de caso do Concelho de Santa Comba, localizado na província de A Coruña. Dos livros de expedientes militares analisados no período de 1901 a 1930, encontramos 2.984 rapazes inscritos no serviço militar. Dos que foram chamados, menos da metade compareceu, e 65,28% foram considerados prófugos. É uma soma bastante elevada, se levarmos em consideração que mais da metade dos varões desse município não cumpriu o serviço militar. Um dos problemas dessa fonte é que, a partir da década de 1920, os dados começam a se tornar escassos, principalmente no que diz respeito às informações referentes ao destino dos jovens. Do período que compreende os anos de 1901 a 1910, o Brasil aparece com 36,54% dos prófugos, diminuindo para 3,6% na década de 1920. A diferença no número de prófugos está relacionada com a falta de informação, apresentada nos documentos, acerca do destino dos varões; já não aparece o país de ausência dos rapazes, unicamente consta a informação “*no compareció*” ou “*paradero ignorado*”. A partir do livro de alistamento militar do ano de 1910, a falta de informação sobre o destino dos prófugos se torna uma constante na documentação, não sabemos se por desconhecimento dos familiares quanto ao destino dos jovens ou se por falta de rigor dos funcionários responsáveis.<sup>52</sup> No expediente militar do ano de 1913, por exemplo, de 96 jovens convocados para o alistamento, 75 (78,12%) deles não compareceram e desse total de prófugos conseguimos levantar somente o destino exato de 36 (48%).<sup>53</sup> O índice total de prófugos não decresceu, ao contrário, subiu nos anos de 1911 e 1920, mantendo-se acima de 70% na

década posterior, o que demonstra que uma elevada quantidade de jovens de Santa Comba continuou emigrando na faixa etária do alistamento militar.<sup>54</sup>

Grande parte desses moços, principalmente no século XIX, dirigia-se a Portugal, onde buscavam “uma saída para o mar”. O intercâmbio entre Portugal e a Galícia existia antes mesmo do início da emigração transoceânica e fazia parte dos fluxos migratórios intrapeninsulares. Até os anos sessenta do século XIX, os prófugos se deslocavam predominantemente para o país vizinho e, nas décadas posteriores, devido à influência dos portugueses, decidiam ir para a antiga colônia lusitana, o Brasil.<sup>55</sup>

Apesar de haver uma relação muito próxima entre os alistamentos militares e a emigração, muitas foram as causas que fizeram com que milhares de jovens galegos partissem em direção às Américas. Independente, entretanto, dos fatores causa-consequência, esse conjunto documental apresenta uma gama de possibilidades para os estudos migratórios que vão além da questão militar. Os alistamentos militares constituem-se, assim, em uma importante fonte, abrindo novos horizontes e perspectivas, que vão além da escala nacional, possibilitando para os estudos migratórios outros olhares, como podem ser os estudos microrregionais.

---

<sup>1</sup> KESTNBAUM, in MJØSET; VAN HOLDE (2002), p. 117.

<sup>2</sup> ANDERSON (1991).

<sup>3</sup> MJØSET; VAN HOLDE (2002), pp. 48-9.

<sup>4</sup> JIMÉNEZ GUERRERO (1992), p. 316.

<sup>5</sup> JIMÉNEZ GUERRERO (1992); BORREGUERO BELTRÁN (1990), pp. 147-159.

<sup>6</sup> Sobre o conceito de "resistência ao serviço militar" e o seu desenvolvimento histórico na Espanha, ver o capítulo 3 da tese de Molina (1996).

<sup>7</sup> A diferença fundamental entre ambos os sistemas reside no fato de que na ‘*redención a metálico*’ o rapaz sorteado conseguia se liberar do serviço militar através do pagamento de uma elevada soma de dinheiro pré-estabelecida pelo Estado; já no segundo sistema, o de ‘*substitución*’, era feito um contrato privado com outro jovem varão, para que este assumisse, em troca de um pagamento, o lugar do jovem que não queria cumprir o

serviço militar, ou seja, uma substituição em troca de um pagamento.

<sup>8</sup> MOLINA (1996), p. 57.

<sup>9</sup> *Ibidem*, pp. 62-5.

<sup>10</sup> MÖRNER (1985).

<sup>11</sup> A identificação tradicional do emigrante com um varão jovem e solteiro está sendo muito criticada pelas pesquisas mais recentes, que atentam para a diversidade de idades, sexos e condição civil do fenómeno migratório. "Aún así, a pesar de todo lo que se está avanzando, hoy todavía es necesario buscar a las mujeres en los manuales de emigración agrupando la lupa, pudiendo solamente encontrar, la mayoría de las veces, cifras que no se ajustan a la realidad". ORTUÑO MARTÍNEZ (2007), p. 63. Não obstante, as limitações da fonte - por ser o serviço militar uma obrigação puramente masculina - nos impede de mostrar qualquer matização referente às questões de gênero neste texto.

<sup>12</sup> BLANCO; DACOSTA; SÁNCHEZ (2016), pp. 27-63.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>14</sup> LLORDÉN MIÑAMBRES (1995), pp. 11-2.

<sup>15</sup> O início da ação do estado para regularizar a emigração se vincularia, assim, à tentativa de combater "a deserção dos jovens sujeitos ao alistamento" pelo recurso da emigração clandestina. GIL LÁZARO; FERNÁNDEZ VICENTE (2015), p. 12. Sánchez Alonso ressalta que após a perda das últimas colônias espanholas na América e na Ásia proliferou-se a ideia de que emigrar era antipatriótico. SÁNCHEZ ALONSO (2005), p. 452.

<sup>16</sup> CASTILLO MARTOS (2001), p. 41.

<sup>17</sup> Em muitas ocasiões as palavras 'prófugo' e 'desertor' chegaram a ser sinônimos, mas, segundo a legislação militar existe uma diferença entre ser prófugo e ser desertor. O primeiro era aquele que eludia o recrutamento e não se apresentava no quartel; e o desertor era o jovem que já havia sido recrutado e incorporado à uma unidade do exército, e que abandonava o seu posto. As diferenças entre ambos comportamentos não só se davam em relação à responsabilidade que assumia o fugitivo (em geral, administrativa no primeiro caso e penal no segundo), mas também, no que dizia respeito à sua função como possível causa da emigração. Somente no segundo caso se pode supor uma vinculação direta entre a fuga do serviço militar e a saída para o estrangeiro como forma de escapar à perseguição das autoridades.

<sup>18</sup> Para esses dados, ver ANES ÁLVAREZ, in EIRAS ROEL (1991), p. 62. O autor afirma que a porcentagem de prófugos entre os jovens varões de origem canária era bem elevada.

<sup>19</sup> VÁZQUEZ (1999); SARMIENTO (2017).

<sup>20</sup> JIMÉNEZ GUERRERO (2005).

<sup>21</sup> *Idem* (1988); pp. 971-978 e 1990.

<sup>22</sup> No caso basco-francês, também coincidem os elevados índices de emigração atlântica com a insubmissão ao serviço militar. MEHATS (2005), pp. 51-2; AZCONA PASTOR; MURU RONDA; GARCÍA-ALBI GIL DE BIEDMA (1992).

<sup>23</sup> MEHATS (2005), p. 51.

<sup>24</sup> "Editorial". *La Unión Vasco-Navarra*, Bilbao, 17-VII-1890, citado em AZCONA PASTOR (2010), p. 1086.

<sup>25</sup> 'Quintas' é o nome dado popularmente, na Espanha, ao serviço militar obrigatório. Chama-se *quintas* porque o recrutamento forçado de soldados exigia a incorporação de um quinto da população masculina de cada território.

<sup>26</sup> Na linguagem política espanhola do século XIX, 'cacique' significa líder político regional, são aqueles que usam suas influências políticas (o domínio das eleições no espaço local, mediante sistemas de controle, manipulação e compra de votos) a serviço dos aparatos nacionais dos partidos políticos. Sobre o caciquismo na Espanha, ver VARELA ORTEGA (2001), pp. 11-2.

<sup>27</sup> ANES ÁLVAREZ (1991), p. 62.

<sup>28</sup> MEHATS (2005), pp. 50-1.

<sup>29</sup> JIMÉNEZ GUERERO (2005), p. 360.

<sup>30</sup> MARENALES ROSSI (1991).

<sup>31</sup> Sobre estes dois autores, Irusta Oregozo resume as suas interpretações a respeito do papel do serviço militar na emigração vasca afirmando que os destinos mais comuns eram África e Filipinas. Azcona Pastor vai além e se atreve a afirmar que foi "uma das mais claras motivações que impulsionaram a emigração basca". AZCONA PASTOR (1991).

<sup>32</sup> "Os bascos não chegam fugindo da fome e da miséria (..) mas sim (..) de duas guerras adversas e pela evasão ao serviço militar obrigatório". IRIANNI (2010), p. 998.

<sup>33</sup> MIGNABURU (2013), p. 56.

<sup>34</sup> 'Fueros' é o nome dado ao conjunto legislativo que outorgava uma altíssima autonomia política aos territórios bascos, levando em consideração sua origem na Baixa Idade Média e sua codificação ao longo dos séculos XVI ao XVIII. Durante o século XIX, a existência da autonomia política basca foi muito questionada, devido ao processo de construção nacional do Estado espanhol e à formação do Estado moderno. Dentre outras normas, os *fueros* ('foros' em português) estabeleciam que os bascos não estavam sujeitos à obrigação de prestar o serviço militar, situação que se manteve até o ano de 1876.

<sup>35</sup> 'Hegoalde' ('Zona Sul' na língua basca) é o nome que vem sendo dado ao território basco sob o domínio espanhol, recebendo essa denominação por se encontrar ao sul da fronteira franco-espanhola.

<sup>36</sup> IRUSTA ORBEGOZO (2008), p. 73.

<sup>37</sup> As Guerras Carlistas são as diversas guerras civis que afetaram a Espanha ao longo do século XIX. Derivam-se do nome 'Carlos', que era o pretendente ao trono espanhol após o falecimento de seu irmão Fernando VII, substituído pela filha de Fernando, Isabel II, que assumiu o trono como rainha. Por trás da questão dinástica escondia-se uma luta ideológica entre os setores conservadores (organizados em torno do pretendente Carlos e, por isso, receberam o nome de 'carlistas') e os liberais (que apoiavam a rainha Isabel). A primeira guerra carlista surgiu nas décadas de 1830 e

1840, finalizando com uma derrota militar do pretendente Carlos. Apesar disso, as bases sociais do carlismo mantiveram-se fortes, e, no final da década de 1860, voltariam a se levantar em favor de outro pretendente, o filho do anterior, também chamado Carlos. Os carlistas voltaram a ser derrotados militarmente em 1876.

<sup>38</sup> Sobram exemplos na historiografia espanhola: CHUECA (in BLANCO RODRÍGUEZ, 2008, p 114) lança-se a essa ideia quando aponta, como uma das causas da emigração basca, "o fim da inserção do serviço militar, derivado da lei de 21 de julho de 1876, foi seguido de grande fluxo migratório". Na mesma obra, JENSEN (2008, p. 135) faz a mesma afirmação quando comenta que os "muitos catalães" chegavam ao Rio da Prata nas primeiras décadas do século XX porque "fugiam do serviço militar".

<sup>39</sup> E de fato YANES MESA (1995, pp. 157-174) menciona explicitamente uma obra que surgia como a primeira tentativa de compilação e estabelecimento de uma visão geral da emigração espanhola: o trabalho de MACÍAS HERNÁNDEZ, em obra coordenada por EIRAS ROEL (1991), pp. 33-60).

<sup>40</sup> SOUTELO VÁZQUEZ (1999), p. 288.

<sup>41</sup> MENGUAL CATALÁ (2016), p. 100.

<sup>42</sup> AZCONA PASTOR (1991); CASTILLO MARTOS (2001), pp. 33-57.

<sup>43</sup> ÁLVAREZ GILA, in SARMIENTO; GIL LÁZARO; FERNÁNDEZ VICENTE (2017), p. 33.

<sup>44</sup> YANES MESA (1995), pp. 9-11.

<sup>45</sup> SÁNCHEZ ALONSO (2011, p. 258) assume uma posição contrária, dizendo que "no período anterior à Guerra Civil é a própria normativa a que incentiva a emigração, independente dos requisitos legais, tanto no que diz respeito à complexidade dos trâmites burocráticos quanto em relação à fuga do serviço militar obrigatório". A autora cita as muitas exigências que havia, no ano de 1900, para um varão de 20 anos emigrar legalmente "a tramitação burocrática tornou-se mais simples a partir de 1907, mas de forma geral, mesmo que a emigração ao longo desse período histórico fosse considerada teoricamente mais livre, os emigrantes se deparavam com diversos obstáculos, como os controles indiretos que atrasavam, complicavam e encareciam a saída legal do país".

<sup>46</sup> ANES ÁLVAREZ (1991), p. 62.

<sup>47</sup> SARMIENTO (2017).

<sup>48</sup> Para o caso da emigração do Porto para o Rio de Janeiro ver Fernandes Alves (1994); para os portugueses na sociedade carioca ver, dentre outros, as duas obras de Sabina Ribeiro (1987 e 2002) e o estudo particular de Carolina Brettel (1991) sobre uma freguesia minhota.

<sup>49</sup> VÁZQUEZ (1999), pp. 290-315.

<sup>50</sup> YÁÑEZ GALLARDO (1994), pp. 127-8.

<sup>51</sup> VÁZQUEZ (1999), p. 309.

<sup>52</sup> Nas décadas de 1930 e 1940, praticamente não aparecem os destinos dos prófugos, por isso prescindimos da fonte.

<sup>53</sup> Contabilizamos 14 prófugos no Brasil, 11 prófugos na Argentina, 2 no Uruguai, 7 em Cuba, 1 em Madri e 1 em Portugal.

<sup>54</sup> Arquivo Municipal de Santa Comba. Servicios militares. Expedientes de alistamento militar: caixas 374-391 (1901-1962).

<sup>55</sup> VÁZQUEZ (1999), pp. 139-175.

## Referências bibliográficas

ÁLVAREZ GILA, Óscar (2017). "El uso de las fuentes militares para una microgeografía de la emigración: Vizcaya, 1877-1930". In: Érica SARMIENTO, Alicia GIL LÁZARO y María José FERNÁNDEZ VICENTE (coords.). *Migrações atlânticas no mundo contemporâneo (séculos XIX-XXI): novas abordagens e avanços teóricos*. Curitiba PR (Brasil): Editora Prismas, pp. 25-46.

ANES ÁLVAREZ, Rafael (1991). "Ritmo, causas y consecuencias de la emigración de asturianos a América, 1850-1930". In: Antonio EIRAS ROEL (ed.). *La emigración española a Ultramar, 1492-1914*, Madrid, Tabapress, pp. 59-66.

ANDERSON, Benedict (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.

AZCONA PASTOR, José Manuel (1991). *Los paraísos posibles. Historia de la emigración vasca a Argentina y Uruguay en el siglo XIX*. Bilbao: Universidad de Deusto.

\_\_\_\_\_. Fernando MURU RONDA e Inés GARCÍA-ALBI GIL DE BIEDMA (1992). *Historia de la emigración vasca a Argentina en el siglo XX*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.

\_\_\_\_\_. (2010). "Las campañas de prensa antiemigración: José Colá y Goiti y el caso vasco-navarro". *Congreso Internacional 1810-2010: 200 años de Iberoamérica*. Santiago de Compostela: USC, pp. 1061-1098.

BLANCO, Juan Andrés, Arsenio DACOSTA y Rubén SÁNCHEZ (2016). "Identidades en la emigración española a Iberoamérica". *População e Sociedade. CEPESE*, 25: 27-63.

BORREGUERO BELTRÁN, Cristina (1990). "Los motines de quintas". *Cuadernos de Historia Moderna*, 10, pp. 147-159.

BRETTEL, Carolina (1991). *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhoto*. Lisboa: Dom Quixote publicações.

CASTELLANO GIL, José Manuel (1988). "Aproximación al estudio de prófugos en el municipio de Firgas de Gran Canaria (1870-1898)". *Actas del I Congreso de Jóvenes Historiadores y Geógrafos*, Madrid, Universidad Complutense, vol. I, pp. 971-978.

\_\_\_\_\_. (1990). *Quintas, prófugos y emigración. La Laguna (1886-1935)*. La Laguna: Centro de Cultura Popular Canaria.

CASTILLO MARTOS, Manuel (2001). "Mano de obra española en la industria argentina (1830-1930)". *Llull*, 24, pp. 33-57.

CHUECA, Josu (2008); "El asociacionismo vasco en América. Itsasoz bestaldera. Al otro lado del mar", en BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés (ed.); *El asociacionismo en la emigración española a América*, Salamanca, UNED-Zamora, pp. 113-128.

FERNANDES ALVES, Jorge (1994). *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto*

Pontes entre Europa e América Latina. Histórias de migrações e de mobilidades/ *Puentes entre Europa y América Latina (XIX-XXI)*. Historias de migraciones y de movilidades

- Oitocentista*. Porto: Porto eds.
- GIL LÁZARO, Alicia y María José FERNÁNDEZ VICENTE (2015). *Los discursos sobre la emigración española en perspectiva comparada. Principios del siglo XX - Principios del siglo XXI*. Alcalá de Henares: IELA-Universidad de Alcalá. (= "Documentos de Trabajo IEALT", nº 73).
- IRIANNI, Marcelino (2010). "Pastores y rebaños dispersos. Inmigrantes vascos en Argentina en vísperas del centenario". *Congreso Internacional 1810-2010: 200 años de Iberoamérica*. Santiago de Compostela: USC, pp. 973-1001.
- IRUSTA ORBEGOZO, Juan María (2008). Biografía de Nemesio Olariaga". *Leizaur*, 10, pp. 1-46.
- JENSEN, Silvina (2008). "Asociacionismo catalán en América Latina. Notas al estudio de un territorio poco explorado". In: Juan Andrés BLANCO RODRÍGUEZ (ed.). *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: UNED-Zamora, pp. 129-150.
- JIMÉNEZ GUERRERO, José (1992). "Ejército y sociedad: el rechazo popular a las quintas en la Málaga de mediados del siglo XIX". *Baetica. Estudios de Arte, Geografía e Historia*, 14, pp. 313-326.
- \_\_\_\_\_ (2005). "La emigración clandestina durante el proceso de reclutamiento militar. El caso de Málaga en el segundo tercio del siglo XIX". *Anales de Historia Contemporánea*, 21, pp. 359-381.
- KESTNBAUM, Meyer (2002). "Citizen-Soldiers, National Service and the Mass Army: The Birth of Conscription in Revolutionary Europe and North America". In: Lars MJØSET, y Stephen VAN HOLDE (ed.). *The Comparative Study of Conscription in the Armed Forces (Comparative Social Research, Volume 20)*. Londres: Emerald Group, pp. 117-144.
- LLORDÉN MIÑAMBRES, Moisés (1995). "Prólogo". In: Moisés LLORDÉN MIÑAMBRES (comp.). *Acerca de las migraciones centroeuropeas y mediterráneas a Iberoamérica: aspectos sociales y culturales*. Oviedo: Universidad de Oviedo, pp. 9-16.
- MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio (1991). "La emigración española a América (1500-1914)". In: Antonio EIRAS ROEL, (coord.). *Emigración Española y Portuguesa a América*. Alicante: Instituto Gil-Albert, pp. 33-60.
- MARENALES ROSSI, Martha (1991). *La aventura vasca. Destino: Montevideo*. Montevideo: Editorial Gamacor Producciones.
- \_\_\_\_\_ (2000). "Vascos, presentes en todas las esferas de la actividad humana y social del Uruguay". *Euskal Etxeak*, 45-46, pp. 46-49.
- MEHATS, Claude (2005). *Organisation et aspects de l'émigration des basques de France en Amérique: 1832-1976*. Vitoria-Gasteiz: Gobierno Vasco.
- MENGUAL CATALÁ, Josep (2016). "La edición bonaerene de libros en gallego, euskara y catalán (hasta la entrada de España en la ONU)". *Kamchatka. Revista de análisis cultural*, 7, pp. 97-119. DOI: 10.7203/KAM.7.7242
- MIGNABURU, Magdalena (2013). "Origen y antecedentes del EAJ-PNV en la República Argentina". *Hermes Pentsamendu eta Historia aldizkaria*, 44, pp. 54-62.

- MJØSET, Lars y Stephen VAN HOLDE (2002). "Killing the State, Dying for the Nation: An Introductory Essay on the Life Cycle of Conscription into Europe's Armed Forces". In: Lars MJØSET y Stephen VAN HOLDE (ed.); *The Comparative Study of Conscription in the Armed Forces (Comparative Social Research, Volume 20)*. Londres: Emerald Group, pp. 3-94.
- MOLINA, Fidel (1996). *Quintas y servicio militar: Aspectos sociológicos y antropológicos de la conscripción (Lleida, 1878-1960)* (Tesis Doctoral) - Universitat de Lleida, Department de Geografia y Sociologia.
- MÖRNER, Magnus (1985). *Adventurers and Proletarians: The Story of Migrants in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- ORTUÑO MARTÍNEZ, Bárbara (2007). "Redes migratorias femeninas en la emigración española". *Millars: espai i història*, 40, pp. 63-76.
- RIBEIRO, Gladys Sabino (1987). *Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo. O antilusitanismo no Rio de Janeiro da República Velha*. (Dissertação de Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- \_\_\_\_\_ (2002). *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- SÁNCHEZ ALONSO, Blanca (2005). *Las causas de la emigración española, 1880-1930*. Madrid: Alianza.
- \_\_\_\_\_ (2011). "La política migratoria en España. Un análisis de largo plazo". *Revista Internacional de Sociología*, 1, pp. 243-268.
- SARMIENTO, Érica (2017). Galegos nos trópicos. Invisibilidade e presença da imigração galega no rio de Janeiro. Porto Alegre: EdiPucRs.
- SOUTELO VÁZQUEZ, Raúl (1999). "Los aspectos microsociales de la emigración gallega a Cuba: aproximación a sus consecuencias familiares y sociales en la periferia rural de Ourense (1890-1960) a través de los documentos personales". *Historia Contemporánea*, 19, pp. 287-317.
- VARELA ORTEGA, José, dir. (2001). *El Poder de la Influencia. Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*. Madrid: Marcial Pons Historia.
- VÁZQUEZ, Alexandre (1999). *La emigración gallega a América, 1830-1930* (Tese de doutorado) - Universidade de Santiago de Compostela, 2 vol.
- YANES MESA, Julio Antonio (1995). "En torno a la importancia de la emigración clandestina en Canarias durante el primer tercio del siglo XX". *Anuario de Estudios Atlánticos*, 41, pp. 157-174.
- YÁÑEZ GALLARDO, César (1994). *La emigración española a América (siglos XIX y XX). Dimensión y características cuantitativas*. Gijón: Editorial Júcar-Archivo de Indianos.